

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.281 - RO (2020/0044093-6)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : W.R. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO E ACESSORIOS**  
**LTDA**  
**RECORRENTE : WILSON RAFAEL DOS SANTOS**  
**RECORRENTE : ROSIMEIRE FERREIRA NOBRE SANTOS**  
**ADVOGADO : JULIO CESAR PETTARIN SICHEROLI - RO002299**  
**RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO004875**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto por W.R. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO E ACESSORIOS LTDA e OUTROS, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Na origem, a demanda versa sobre ação de execução de título extrajudicial. Deferida a penhora de bem imóvel, os exequentes requereram a sua adjudicação. Posteriormente houve o pedido de desistência do ato, o que foi indeferido pelo juízo de piso. Interposto agravo de instrumento, o recurso foi provido para declarar a desistência da adjudicação nos seguintes termos:

Agravo de instrumento. Adjudicação. Requisitos não preenchidos. Desistência. Possibilidade.

Considera-se perfeita e acabada a adjudicação com a lavratura e a assinatura do auto pelo juiz, pelo adjudicatário, pelo escrivão ou chefe de secretaria e se estiver presente pelo executado. Não estando preenchidos os requisitos, é possível a desistência pelo credor.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 508/517, e-STJ), a recorrente aponta violação, pelo aresto estadual, aos artigos 5.º, 507, 774, inciso IV, e 877, § 1.º, inciso I, todos do Código de Processo Civil.

Sustenta, para tanto: a) que o Tribunal de origem deixou de analisar a alegação de ocorrência de má-fé processual e a consequente condenação do ora recorrido, pelo juízo de piso, em ato atentatório à dignidade da justiça, relacionada a ausência de assinatura do exequente no auto de adjudicação expedido na data de 12/06/2018; b) ausência de menção ao pedido de expedição da Carta de Adjudicação pelo Banco Recorrido; c) ofensa ao princípio da boa-fé objetiva processual; d) preclusão consumativa; e) ocorrência de ato atentatório à dignidade da justiça; e e) a ocorrência de adjudicação perfeita e acabada.

Contrarrazões às e-STJ fls. 383/396.

Após decisão de admissão do recurso especial (fls. 415/416, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo **merece** prosperar.

**1.** Este Superior Tribunal de Justiça reconhece a ocorrência de negativa de

prestação jurisdicional quando a corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração omite-se a respeito do ponto essencial ao deslinde da controvérsia.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1022 DO CPC DE 2015. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial exige a manifestação da Corte de Justiça acerca da tese de direito arguida. A recusa em pronunciar um juízo de valor a respeito da questão federal impede o acesso da parte interessada à instância especial. Assim, "caracterizado o vício da omissão, impõe-se o reconhecimento de ofensa ao art. 535 do CPC, anulando-se o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração e determinando-se o retorno dos autos à origem para que seja sanada a eiva apontada" (REsp n. 1.187.583/RS, Relator o Ministro Castro Meira, julgado em 6/5/2010, DJe 17/5/2010).

2. Agravo interno não provido.

Confirmam-se, ainda, os seguintes precedentes: **REsp 1438639/SC**, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 29/04/2014; **AgRg no REsp 1221403/RS**, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 23/08/2016; **AgInt no REsp 1599987/AP**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 07/10/2016; **AgInt no REsp 1564400/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 26/08/2016; **EDcl no REsp 1227601/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2016, DJe 13/09/2016.

Nas razões do recurso especial, aventou o recorrente, a configuração de negativa de prestação jurisdicional, ante a subsistência de omissão no acórdão recorrido referente à alegação de ocorrência de má-fé processual e a consequente condenação do ora recorrido, pelo juízo de piso, em ato atentatório à dignidade da justiça, relacionada a ausência de assinatura do exequente no auto de adjudicação expedido na data de 12/06/2018 e a falta de menção ao pedido de expedição da Carta de Adjudicação pelo Banco Recorrido.

Na presente hipótese, embora o Tribunal de origem tenha sido instigado a se manifestar sobre o ponto tido como omissio, limitou-se a declarar que os embargantes, ora recorrentes, pretendiam obter a reforma do *decisum*.

Observa-se assim, que, ao não apreciar a alegação, incorreu o acórdão em omissão. Isto porque, caberia ao Tribunal *a quo* enfrentar as teses invocadas pelos recorrentes, ainda que para expressamente não as admitir ou refutá-las, uma vez que é direito da parte ter sanadas eventuais omissões ou obscuridades nas decisões, a fim de, inclusive, possibilitar o eventual ingresso às instâncias superiores.

Assim sendo, impõe-se a cassação do acórdão que apreciou os declaratórios, a fim de que sejam sanadas as omissões suscitadas, tendo-se como prejudicadas as demais questões suscitadas no presente recurso.

2. Ante o reconhecimento da negativa de prestação jurisdicional e a necessidade de retorno dos autos à Corte local para a correção do vício inferido - omissão - fica prejudicada a análise das demais questões veiculadas no recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a súmula 568/STJ, dá-se provimento ao recurso especial, para cassar o acórdão proferido em sede de embargos de declaração, determinando que outro seja proferido, sanando-se a omissão apontada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator